

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA REGIONAL

COMISSÃO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

RELATÓRIO E PARECER SOBRE
A CONTA DA REGIÃO RELATIVA
AO ANO DE 1986



ASSEMBLEIA REGIONAL

CAPITULO I

A Comissão Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros, reuniu nos dias 6,7 e 8 de Abril, numa sala da Secretaria Regional do Comércio e Indústria para apreciação da Conta da Região, relativa ao ano de 1988, tendo emitido, por unanimidade o parecer que se segue:

CAPITULO II

(Enquadramento Juridico)

A matéria em apreço encontra o seu enquadramento juridico na alinea c) do artº 31 e do nº 22 do artº 35 do Regimento da Assembleia Regional dos Açores e alinea p) do artº 32 do Estatuto Politico Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

CAPITULO III

(Apreciação na Generalidade)

Em 10 de Março de 1988, reuniram na Assembleia Regional dos Açores, na cidade da Horta, as Comissões Permanentes da Assembleia Regional dos Açores. Por unanimidade, ficou entendido que deveria ser cometida à Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros a tarefa de, como em anos anteriores já acontecera, emitir parecer sobre a Conta relativa a 1986.

CAPITULO IV

(Análise da Conta)

Tal como foi decidido pela Comissão foi feita uma análise exaustiva, programa a programa da execução material do Plano, que se segue:

EDUCAÇÃO E CULTURA

./.



P₁ - Construções escolares

Houve atraso na execução dos seguintes projectos:

S. Miguel

- Escola Primária da Fajã de Baixo que apenas foi executada a 70%
- A escola primária do Lajedo não foi iniciada.

Terceira

- A escola primária de S.Carlos não teve início uma vez que foi estudada uma nova implantação para este edifício escolar .

S.Jorge

- O projecto da escola primária da Fajã dos Vimes não foi iniciado tendo apenas sido adquirido o terreno respectivo.

PICO

- O projecto da escola primária da Madalena não foi concluído

P₂ - Instalações para os ensinos preparatório e secundário

S.Miguel

- O projecto da 2ª fase da escola preparatória da Lagoa não teve prosseguimento.

Terceira

- O projecto da escola secundária da Praia da Vitória teve atraso na sua execução não chegando sequer a ser adjudicado.

Pico

- Não foi concluída a obra referente à ampliação da escola primária de S.Roque.

Faial

- Não foi realizada a obra de ampliação da Escola Secundária da Horta, tendo-se ficado apenas pelo projecto.

Flores

Foi abandonada a ideia de construção de um novo edifício tendo-se iniciado o projecto relativo à ampliação das instalações existentes.

P₃ - Ensino Superior

Atraso na conclusão da 2ª fase da obra da granja universitária da Achada.

P₄ Património escolar

Em relação a este programa não há relação entre o Plano e o relatório anual de execução, isto é, no Plano não nos aparecem os projectos de obras, enquanto que os mesmos vêm detalhados no relatório de execução.

P₅ Aquisição de equipamento para os estabelecimentos de ensino

Este programa que tinha uma previsão orçamental inicial de 72 mil contos foi reforçado para 242 mil contos, tendo tido uma execução de 85,4%.

P₆ Instalações e actividades desportivasPonta Delgada

Não foi concluído o novo campo de futebol para a zona desportiva de Ponta Delgada.

Terceira

Não foi iniciada a construção do estádio da ilha Terceira

P₇ Defesa e valorização do património cultural

Foi executado em 98,4%

P₈ Apoio à construção social

O p₈ foi executado em apenas 29,5% cerca de 14.291 contos foram destinados à cobertura televisiva.

P₉ Construção de instalações para unidades de saúde

Santa Maria

O projecto de execução e adjudicação da obra referente ao centro de saúde da Vila do Porto não teve seguimento.

Pico

Apenas foi concluído o projecto relativo ao Centro de Saúde de S.Roque não tendo sido adjudicado a respectiva obra.

P₁₀ Beneficiação de instalações para unidades de saúde

Do relatório de execução não consta qualquer referência ao projecto 10.5 - obras de remodelação, ampliação e beneficiação das unidades da rede da saúde. Porém, este programa 10.que tinha uma dotação de 238,5 mil contos foi executado a 100%.

P₁₁ Apetrechamento de unidades e serviços de saúde

Este programa que tinha uma dotação inicial de 161,5 mil contos foi reforçado par 396.5 mil contos e teve uma execução de 96,5%.

P₁₂ Apoio á fixação de pessoal de saúde

Este programa que tinha uma dotação de 30 mil contos e foi executado em 91%. Não foi iniciada a obra relativa á construção de uma residência para religiosas na Povoação.

P₁₃ Investigação e estudos na saúde

Trata-se de um programa que, com uma dotação global de 500 contos, foi executada a 100%.

P₁₄ Segurança Social : Apoio á infância e juventude

Foi executado a 100% para uma dotação global de 49.000 contos.

P₁₅ Apoio a idosos

Trata-se de um programa em que o Governo comparticipa as obras relativas a beneficiação e reapetrechamento de estruturas existentes de apoio a idosos. Foi executado a 100%, tendo por dotação global a quantia de 98 000 contos.



P₁₆ Apoio à comunidade

Santa Maria

Não foi iniciado a processo de construção da Casa do Povo de Santa Bárbara.

S. Miguel

Não foram executados os projectos relativos à construção das Casas do Povo de Santana, Maia, Ginetes e Cabouco.

Terceira

Não foram executados os seguintes projectos:

Casa do Povo de S. Sebastião
Casa do Povo das Cinco Ribeiras
Casa do Povo das Doze Ribeiras
Casa do Povo da Agualva

Pico

Não tiveram execução os seguintes projectos:

Casa do Povo de S. Mateus
Casa do Povo da Prainha
Casa do Povo da Santa Luzia

P₁₇ Apoio financeiro aos serviços sociais

Não foi executado o projecto relativo à construção e melhoramento da cantina da Segurança Social da Horta.

P₁₈ Centro de Formação Profissional dos Açores

Não foi executada qualquer acção em relação ao apoio ou iniciação de estruturas de apoio a deficientes. Com uma dotação global de 82 mil contos, este programa teve uma execução de 87,6%.

P₁₉ Outras acções de formação profissional

Dos 87 000 contos orçados foram dispendidos 75,243 contos o que corresponde a uma percentagem de 86%.

P₂₀ Apoio à construção no sector habitacional

O relatório de execução discrimina os projectos que constam do Plano anual e revelam uma execução financeira de 77,6% em relação à previsão inicial e uma execução de 68,6% à dotação ajustada.

P₂₁ Urbanismo e ambiente

Este programa foi reforçado de 36 000 contos para 46 000 contos e teve uma execução financeira de 93,2%.

P₂₂ Defesa dos recursos hídricos

Este programa teve uma execução financeira de 93,2%.

P₂₃ Obras de equipamento urbano

De uma previsão orçamental de 316 000 contos, foram dispendidos 282.808 contos o que corresponde a uma execução de 89,5%.

P₂₄ Acção do Serviço Regional de Protecção Civil

Este projecto dotado com 51 000 contos teve uma execução orçamental de 100%

P₂₅ Apoio às associações humanitárias de bombeiros e serviços de incêndio

Não foram executadas as seguintes acções:

Construção de parte operacional do quartel da associação de bombeiros voluntários de Lajes do Pico.

Instalação da secção dos bombeiros voluntários de Ponta Delgada, na Lagoa

Este programa teve uma execução de 99,7%.

P₂₆ Estudos e estatística

De uma verba inicial de 5 000 contos houve um reforço para 12 000 contos.

A execução material foi de 99,7%

P₂₇ Estudos na área do planeamento

De uma verba de 2 000 contos foi dada uma execução material de 94,8%.

P₂₉ Modernização das estruturas agrícolas

A dotação inicial foi de 178.900 contos, com um reforço para 208,9 mil contos tendo havido uma execução material de 96,6%.

Destaque-se a atribuição de 134,725 contos atribuídos sob a forma de incentivos financeiros, nomeadamente no fomento à motomecanização e 19.343 contos em subsídios para extensão.

P₃₀ Infra - estruturas

Em relação ao programa 30.1 - Caminhos de acesso às explorações agro-pecuárias - a execução realizada ficou longe do inicialmente previsto.

Dos 71 Km que se previam romper apenas se concretizaram 29Km, ou seja, o equivalente a 41%.

A macadamização foi de 32Km representando 45% do programa.

As acções de revestimento em betuminoso foram efectuadas numa área de 27Km correspondendo a mais 21 Km do que o previsto.

As grandes reparações foram praticamente cumpridas numa área de 120Km de caminhos como estava inicialmente previsto.

P₃₁ Desenvolvimento agro pecuário da ilha do Pico

Este programa teve uma execução material quase de 100% quer no que respeita ao trabalho de arroteia quer no que respeita aos trabalhos de melhoramento das pastagens e a abertura de caminhos de penetração.

P₃₂ Produção agrícola

Este programa teve uma execução financeira que rondou os 98%.

P₃₃ Protecção da produção agrícola

Este programa teve uma execução financeira de 96.6%

./.

P₃₄ Produção e melhoramento animal

Este programa teve uma execução financeira de 92,9%.

P₃₅ Sanidade e higiene pública veterinária

Teve uma execução financeira de 91,6%.

P₃₆ Desenvolvimento, ordenação e gestão dos recursos florestais.

Teve uma execução financeira de 98,8%.

PESCAS

P₃₇ Reestruturação das frotas de pescas

Os auxílios financeiros ao investimento privado na pesca industrial atingiram 56 070 contos, ou seja, o equivalente a 66% do previsto.

O apoio à pesca artesanal excedeu em 45% o inicialmente programado.

Por sua vez, a construção de embarcações de pescas teve uma execução financeira em 40% à inicialmente prevista.

P₃₈ Construção, melhoramento e conservação de infraestruturas

As obras deste programa estão apenas descritas no relatório de execução, não se podendo por este facto medir a execução material.

Este programa teve uma redução de 60 000 contos e uma execução financeira em relação à previsão inicial de 53%.

P₃₉ Investigação - Apoio à produção e distribuição de pescado

Este programa refere uma redução de 9 000 contos e teve uma execução financeira de 72%.

INDÚSTRIAP₄₀ Promoção do investimento



ASSEMBLEIA REGIONAL

Este programa teve uma redução de 21.500 contos e uma execução financeira de 81%.

Os incentivos financeiros ao investimento industrial relativo ao projecto 40.1 tiveram uma execução financeira de 51%.

O projecto relativo às actividades essenciais nas parcelas mais carecidas 40.2 teve uma execução financeira de 52%.

O projecto relativo à Empresa Regional de Parques Industriais teve uma execução financeira de 100%.

Os apoios à elaboração de estudos e divulgação teve uma despesa de 4 000 contos do que o previsto.

P₄₁ Apoio a unidades existentes

Este programa teve uma execução financeira de 95.8%

P₄₂ Instalações para abastecimento de bens essenciais

Este programa foi cumprido, com uma execução financeira de 90,2%.

P₄₃ Apoio ao artesanato

Este programa teve uma execução financeira de 90,6%

ENERGIA

P₄₄ Investimento e apoio financeiro ao sistema electroprodutor regional

Este programa foi reforçado com 11.500 contos e teve uma execução financeira de 99,9%.

P₄₇ Apoio às redes rurais ao sector agro-pecuário e outros

Este programa teve uma execução financeira de 99,3%

P₄₈ Apoio ao desenvolvimento de novas energias e racionalização de consumo energético



Este programa teve uma execução financeira de 72%.

P₄₉ Geotermia

Este programa teve uma execução financeira de 87.9%.

COMÉRCIO E ABASTECIMENTO

P₅₀ Apoio financeiro ao investimento comercial

Este projecto, teve uma redução de 10 500 contos e uma execução financeira de 54,8%

O projecto relativo ao apoio à actividade nas zonas carecidas teve apenas uma execução financeira de 11%

O programa relativo à constituição de stocks, teve uma execução financeira de 100%.

P₅₁ Promoção do Comércio Externo

Este programa foi reforçado em 7 000 contos e teve uma execução financeira de 91,5%.

O projecto 51.1 relativo ao apoio à qualidade alimentar, teve uma execução financeira de 85,6%

No projecto 51.2 de apoio ao comércio externo foram dispendidos mais 6 000 contos do que o inicialmente previsto.

P₅₂ Rede de armazenagem e abate

Este programa teve um reforço de verba de 35 000 contos acabando por ter uma execução financeira de 99%.

TURISMO

P₅₃ Participação do sector público em empresas turísticas

Este programa teve uma execução financeira de 97,3%.

./.

P₅₄ Apoio à indústria turística

Este programa teve uma redução financeira de 9 000 contos e uma execução financeira de 86,2%.

P₅₅ Divulgação, promoção e animação turística

Este programa foi reforçado com 12 000 contos e teve uma execução financeira de 99,9%.

P₅₆ Transportes e comunicação

Estradas regionais

Existem algumas obras relativas ao concelho de Ponta Delgada, que têm atrasos de execução.

A execução financeira global do programa foi alta (99.3%).

P₅₇ Calamidades e estragos

Este programa teve uma execução de 91,8%.

P₅₉ Portos comerciais e protecção da orla marítima

Em relação a este programa houve projectos que não foram executados, nomeadamente a recarga e manutenção do Porto de Ponta Delgada, não tendo sido dado qualquer andamento nos portos de Flores e Corvo.

A execução financeira foi, contudo de 96,9%.

P₅₉ Infraestruturas aero-portuárias

A Conta, para 1986, não inclui este programa. Porém, através do relatório percebe-se que a execução financeira foi de mais 245.289 contos do que estava previsto.

P₆₀ Apoio ao transporte

Este programa teve uma execução financeira de 87,2%.

Neste programa, o apoio previsto ao transporte terrestre P_{60.1}, teve uma execução financeira de 61%.



ASSEMBLEIA REGIONAL

No apoio ao transporte marítimo P_{60.2} apenas foi dispendido 72,9% do programa e no apoio ao transporte aéreo foi dispendido 99,4%.

P₆₁ Investigação e estudos dos transportes

Este programa apenas teve uma execução financeira de 44%.

AUTARQUIASP₆₂ Cooperação técnica e financeira com a administração local

Este programa teve uma execução financeira de 99,9%.

CAPITULO V

CONCLUSÕES

- 1 . A Conta da Região relativa a 1986 não tem parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas cuja fiscalização jurisdicional, lhe está atribuída e repartida em três zonas fundamentais : dar parecer sobre a Conta da Região; fiscalizar a legalidade das despesas públicas e julgar as contas que a lei mandar submeter-lhe.
- 2 . Para além desta fiscalização judicial que leva o Tribunal de Contas mediante parecer a preferir um juízo global sobre a regularidade de execução do orçamento, há a apreciação e fiscalização política que cabe à Assembleia Regional.
- 3 . A Comissão entende que a apreciação sobre os actos correctos decorrentes de responsabilidade orçamental pode ser efectuada sem o parecer do Tribunal de Contas.
- 4 . De resto a sua não apreciação e aprovação pela Assembleia não têm outras consequências que não fossem políticas.
- 5 . Conforme decisão das Comissões Conjuntas da Assembleia a Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros procedeu a uma análise política sobre a execução material e financeira dos programas do Plano.

./.



- 6 . Esta análise nem sempre é possível na medida que os relatórios de execução não têm uma descrição das obras coincidentes com as apresentadas no Plano, facto este que se julga importante corrigir.

- 7 . Em termos globais a Comissão, com a abstenção dos representantes do Partido Socialista julga que a Conta da Região, no que se refere às despesas do Plano mostra que não houve desvios significativos na sua execução, pelo que propõe à Assembleia a sua aprovação.

Ponta Delgada, 08 de Abril de 1988

A RELATORA


Gabriela Silva

Aprovado por unanimidade em 8/04/88

O PRESIDENTE

Jorge Manuel Castanheira Cruz